



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº - Centro - Maceió-Alagoas - CEP: 57020-900

**PARECER - Nº 2827 /2025**

**DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E DA 7ª COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, REL DO TRABALHO, ASSISTÊNCIA MUNICIPAL E DEFESA DO CONSUMIDOR E CONTRIBUINTE.**

**Processo de nº 3097**

**Autor: Silvio Camelo**

**Relator: DEPUTADO RICARDO MEZINHO**

Em mãos para relatar o Projeto de Lei Ordinária de n. 1841 de 2025 de autoria do Deputado Silvio Camelo que “DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO DO PAGAMENTO DE MULTAS DE TRÂNSITO DE NATUREZA LEVE, APLICADAS PELO ESTADO DE ALAGOAS, EM DOAÇÃO DE SANGUE E DE MEDULA ÓSSEA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”.

O Projeto de Lei em análise dispõe sobre a possibilidade de conversão do pagamento de multas de trânsito de natureza leve, aplicadas pela autoridade de trânsito do Estado de Alagoas, em doação voluntária de sangue ou de medula óssea a unidades oficiais de hemoterapia, facultando ao condutor a escolha entre essa alternativa ou o pagamento tradicional da penalidade pecuniária.

A proposta delimita expressamente seu alcance às infrações de competência estadual, excluindo multas aplicadas por outros entes federativos, estabelece critérios objetivos para a conversão, limita sua utilização a duas vezes por ano por condutor e condiciona a efetivação do benefício à apresentação de comprovante idôneo da doação realizada.

Sob o aspecto jurídico, a proposição é compatível com a Constituição Federal, uma vez que se insere no âmbito da competência legislativa concorrente dos Estados em matéria de trânsito e na competência administrativa estadual para disciplinar sanções relativas às infrações sob sua responsabilidade.

Não há afronta ao Código de Trânsito Brasileiro, pois a penalidade não é afastada, mas apenas cumprida de forma alternativa e facultativa, preservando-se a



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº - Centro - Maceió-Alagoas - CEP: 57020-900

legalidade, a razoabilidade e a proporcionalidade da medida. A iniciativa também observa o pacto federativo ao não interferir nas atribuições dos Municípios ou da União.

No mérito, a proposta revela elevado interesse público, ao aliar a função educativa das sanções administrativas à promoção de políticas públicas de saúde, solidariedade e cidadania. A conversão de multas leves em doação de sangue ou de medula óssea contribui diretamente para o fortalecimento dos estoques dos serviços oficiais de hemoterapia e para a ampliação do cadastro de doadores, atendendo a uma necessidade permanente do sistema público de saúde.

Trata-se de medida de caráter humanitário e pedagógico, que transforma infrações de menor gravidade em ações concretas de benefício coletivo, estimulando a conscientização social e o engajamento cívico.

Diante disso, o Projeto de Lei mostra-se juridicamente adequado, socialmente relevante e alinhado aos princípios da dignidade da pessoa humana, da solidariedade social e da eficiência administrativas.

Por estas razões, somos pela sua aprovação do Projeto de Lei nº 1841 de 2025.

É o parecer.

**SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, EM  
MACEIÓ, 17 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**PRESIDENTE**

**RELATOR**